



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

239

247

QUARTA CÂMARA CÍVEL
Apelação Cível nº 0123057-9
Apelante: Banco Bradesco S/A
Apelada: Claudinete Victor da Rocha
Relator: Des. **Frederico** Ricardo de Almeida Neves
Relator Convocado: Des Substituto **Francisco Julião** de Oliveira Sobrinho

R
5499

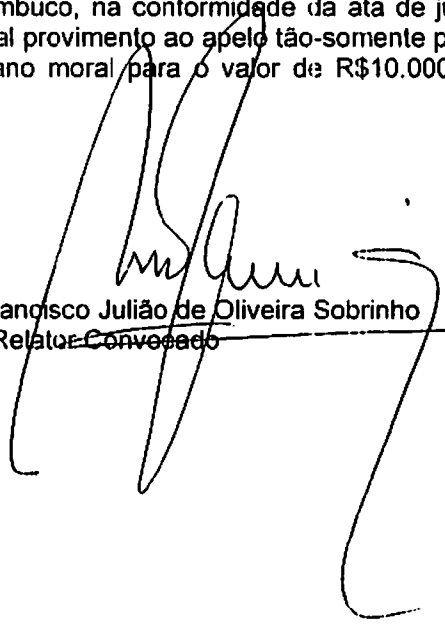
EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE EM NOME DA AUTORA POR TERCEIRO. DANO MORAL. CONFIGURADO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO NEGATIVO DE CRÉDITO. REDUÇÃO DO *QUANTUM* ARBITRADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1) Ocorre responsabilidade do banco por ato de seus prepostos que permitem a abertura de conta corrente, por falsário, em nome da vítima.
- 2) A fixação do valor de indenização por dano moral é prudente quando o valor arbitrado não é motivo de enriquecimento à custa do empobrecimento alheio, sem, contudo, ser o valor irrisório.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0123057-9, acordam os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, dar parcial provimento ao apelo tão-somente para reduzir o *quantum* da indenização por dano moral para o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Recife, 18/11/2023.


Des Substituto **Francisco Julião** de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

215
✓

240
✓

QUARTA CÂMARA CÍVEL
Apelação Cível nº 0123057-9
Apelante: Banco Bradesco S/A
Apelada: Claudinete Victor da Rocha
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator Convocado: Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível Interposta contra sentença que, em sítio indenizatório, observado o devido processo legal, acolheu, em parte, o pedido autoral para o fim de declarar inexistente a relação contratual entre o réu e a autora, no que tange ao contrato de conta corrente nº 58.107-0 da agência 0541-0/Icarai (e os que daí se irradiaram). Condenou o Banco-réu a pagar a autora, Claudinete Victor da Rocha, a título de danos morais, a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), e, determinou que o Banco-apelante retirasse dos órgãos de proteção ao crédito o nome da mesma autora que foram por ele lançados. Condenou, ainda, nos consectários sucumbenciais consistentes nas custas processuais e na verba honorária advocatícia, essa à razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (v. fls. 163/173).

A sentença apelada reconheceu, como fato gerador de dano moral, a justificar a indenização pecuniária, a desídia do Banco-réu no momento da abertura da conta corrente, uma vez que competia ao mesmo certificar-se da autenticidade dos documentos apresentados pela pessoa contraente.

O Banco/réu irresignado, maneja a presente apelação, o que faz sob o argumento, resumidamente: (i) ausência de ato ilícito, abusivo ou motivador de responsabilidade em relação a abertura de conta corrente com documentos falsos; e (ii) valor exorbitante do *quantum* indenizatório (v. fls. 178/199).

Pede, em razão disso, o acolhimento das questões suscitadas para o fim de (i) reformar a sentença para julgar improcedente o pedido autoral; ou, sucessivamente, (ii) reforma parcial da sentença para reduzir o *quantum* indenizatório.

O recurso foi recebido em regular efeito, fl. 203. Custas recolhidas, fl. 201.

A apelada/autora ofereceu resposta (v. fls. 205/206), com o que busca o desprovelimento do recurso, para ver mantida inalterada a sentença homologada.

É o relatório, no essencial. À douta Revisão.

Recife, 15 de outubro de 2007.


Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

243
Chir

242

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0123057-9

Apelante: Banco Bradesco S/A

Apelada: Claudinete Victor da Rocha

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho

VOTO

O Desembargador Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho (Relator), proferiu o seguinte voto:

O recurso não reúne condição de êxito.

(I) Abertura de conta corrente com documentos falsos. Ausência de ato ilícito, abusivo ou motivador de responsabilidade. Dano moral.

Compulsando os autos, constata-se que terceiro utilizou dados pessoais pertencentes à apelada e abriu conta corrente em seu nome. Observa-se, ainda, que a abertura indevida da conta corrente causou danos de ordem moral à autora.

O apelado não nega o fato. Admite que terceiro utilizou dados da apelada e requereu a abertura da conta corrente; porém, tenta excluir a culpa pelo evento sob o argumento de que atendeu a todos os requisitos determinados pelo Banco Central do Brasil quando da abertura do contrato de conta corrente.

Entendo que o fato de uma pessoa, inunida de documentos falsos ou adulterados, abrir conta em estabelecimento bancário, não revela, por si só, excludente de responsabilidade. Deveria a instituição financeira ter verificado a veracidade dos documentos exibidos pelo terceiro, em face de sua importância nas operações de crédito, pois, não o fazendo, demonstra patente negligência no trato de suas atividades empresariais.

Assim, entendo que não há a excludente de ilicitude por fato de terceiro, já que o recorrente não provou que foi diligente, verificando a veracidade de toda a documentação apresentada pelo terceiro. Houve, a meu ver, erro de conduta do Banco-apelante, que não agiu com o devido cuidado.

Desta forma, constata-se a ilicitude da conduta do Banco-réu, e a sua culpa pelos danos alegados pela apelada.

Dúvida não há quanto aos danos morais sofridos.

A inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito, produz, não há negar, efeitos deletérios no conceito creditício de quem os sofre, de modo a levá-lo a descrédito junto a outras entidades bancárias e no comércio em geral.

242
R. 244
Mostra-se completamente exangue – e sem qualquer força persuasiva - o argumento de que o dano moral não ficou provado na hipótese ora submetida ao voluntário crivo da revisão. É que, em casos do tipo, a responsabilização resulta da singela circunstância de o fato contundir com direito da personalidade do lesado (*damnum in re ipsa*), tudo como aqui se passou.

Para além disso, ficou, igualmente, esclarecido que o dano sofrido adveio de atitude exclusiva do Banco/apelante, contrária aos legítimos interesses da apelada, inexistindo, na espécie, qualquer excludente de responsabilidade que possa beneficiar o agente causador.

Presentes estão, assim, os pressupostos da responsabilidade, a saber: a ação lesiva; o dano moral e o nexo causal, sendo certo que, uma vez constatada a indevida invasão na esfera moral da parte recorrida, o direito à compensação, deve ser chamado a depor.

(II) Do *quantum* indenizatório.

O abalo moral não pode ser negado, pelo que se impõe a manutenção do dever de indenizar (*an debeatur*); não, contudo, na extensão imposta no ato judicial atacado. Há de se situar em patamar menor ante a natureza e gravidade do ato, a intensidade da ofensa, a condição social e política do ofendido, bem como a capacidade econômico-financeira do agente causador do dano.

Observados tais critérios, e considerada a jurisprudência predominante da E. Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, arbitra-se a indenização na quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Para esse fim é que se dá provimento parcial ao recurso.

Posto isso, e sem mais delongas, voto no sentido de dar parcial provimento ao recurso para os fins acima indicados.

Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado